



A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PILOTO DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CURSO DE ODONTOLOGIA COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

BRUNA MENDES CARVALHO¹; AISE CLEISE MOTA MASCARENHAS²; LARISSA SILVA DE OLIVEIRA CRUZ³; LYDIA DE BRITO SANTOS⁴; ANA ÁUREA ALÉCIO DE OLIVEIRA RODRIGUES⁵ E NÉLIA DE MEDEIROS SAMPAIO⁶.

¹*Universidade Estadual de Feira de Santana – bruna.mc56@gmail.com*

²*Universidade Estadual de Feira de Santana – aisecmascarenhas@gmail.com*

³*Universidade Estadual de Feira de Santana – so.cruzlarissa@gmail.com*

⁴*Universidade Estadual de Feira de Santana – lydia@uefs.br*

⁵*Universidade Estadual de Feira de Santana – alecio@uefs.br*

⁶*Universidade Estadual de Feira de Santana – neliasampaio@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

O caráter elitista e mercadológico do ensino superior brasileiro, existente desde o período colonial, resultou na exclusão de grande parte da população de um dos seus direitos fundamentais garantido pela Constituição de 1988, a educação (LEMOS; ANTUNES, 2018). Com a democratização do acesso ao ensino superior que vinha ocorrendo no Brasil desde 2003, surgiram novas problemáticas dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas que são reflexos da profunda desigualdade social do país (ANTUNES; LEMOS, 2018; FLORES, 2017; PEREIRA; MAY; GUTIERREZ, 2014). O processo de deselitização do ensino superior público fez com que as instituições tivessem que criar, para além das políticas de acesso, políticas que garantissem a permanência desses estudantes até o final da graduação.

Seguindo esse raciocínio, utilizando de seu direito constitucional de autonomia e escutando as pautas dos movimentos estudantis, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na Bahia, toma medidas como a criação e manutenção do restaurante e das residências universitárias, a oferta de bolsas e auxílios, além de medidas específicas de cada curso (SANTOS et al., 2018). O curso de Odontologia desta IES, desde 2011, mantém um Banco de Empréstimo de Instrumentais (BEI) odontológicos para os seus mais de 300 estudantes, porém essa medida começou a sinalizar uma logística ineficiente.

Inicialmente, o empréstimo de instrumentais era concedido assim que as turmas chegavam ao 3º semestre do curso, período em que se iniciam as práticas laboratoriais e clínicas na UEFS. Eram entregues todos os instrumentais disponíveis na instituição e solicitados pelos docentes de todos os componentes curriculares do 3º ao 10º semestre. Esses materiais eram entregues de uma única vez aos estudantes, que os levavam para casa, e somente eram devolvidos quando estes concluíam o curso, no 10º semestre.

A obrigatoriedade da devolução era formalizada em um documento em que o discente e o coordenador do curso assinavam, porém, alguns itens não eram devolvidos em perfeitas condições, portanto não poderiam ser entregues à turma seguinte. Isso gerava um déficit em que algumas turmas recebiam mais materiais de permanência do que outras, logo, gerando prejuízos à assistência estudantil. Além disso, essa estratégia inviabilizava o controle do que havia em inventário. Perante o exposto, o Colegiado do curso de Odontologia da UEFS, buscou novas estratégias de gerenciamento e logística dos materiais, mobilizando docentes, discentes e



funcionários das três clínicas odontológicas da instituição na construção de um Projeto que contribuísse para a garantia e consolidação da permanência estudantil. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de monitoras voluntárias e coordenadora de colegiado na construção de um Projeto Piloto para a Instrumentalização do curso de Odontologia da UEFS.

2. METODOLOGIA

Em 2017, o Colegiado do curso de Odontologia da UEFS formou uma comissão composta por discentes membros do Diretório Acadêmico – monitoras voluntárias –, docentes e funcionários da instituição para reavaliar e reformular a política de permanência existente, buscando maior preservação dos itens, controle da entrada e retirada e eficiência no processo.

Primeiramente, foi realizado um levantamento para saber quais e quantos instrumentais estavam disponíveis no inventário. Constatou-se que o curso de Odontologia da UEFS possui todos os instrumentais e equipamentos apontados como essenciais ao aprendizado pela Associação Brasileira de Ensino Odontológico, ABENO, (MORITA et al., 2016) e alguns itens a mais.

Em seguida, foi proposta uma nova logística de distribuição, a partir da descentralização da responsabilidade pela gestão desses instrumentais. A ideia era que as 3 clínicas da universidade ficassem responsáveis pelo processamento, armazenamento e empréstimo dos instrumentais. Definiu-se que essa mudança na rotina do curso ocorreria paulatinamente para que as clínicas tivessem tempo de se organizar, preparando a estrutura e os recursos humanos, e para possibilitar a avaliação do seu desempenho através do *feedback* dos estudantes. Por isso, o Projeto Piloto, iniciado no semestre letivo de 2018.2, incluiu apenas uma turma, a que cursava o 3º semestre.

A função das monitoras voluntárias, além de auxiliar na elaboração do Projeto, foi de organizar os *kits* de instrumentais devolvidos pelos formandos, juntar aos que estavam disponíveis no inventário e formar *kits* de acordo com as listas dos componentes curriculares que seriam oferecidos no 3º semestre. São 40 *kits* contendo os instrumentais usados para cada procedimento odontológico. Estes *kits* foram entregues à clínica onde ocorrem as aulas práticas desse semestre. As auxiliares de saúde bucal (ASB) e a coordenadora da clínica ficaram responsáveis por administrar o inventário, esterilizar e emprestar os instrumentais aos discentes.

Ao solicitar o empréstimo do material, o discente assina um livro ata, usa o material, lava, seca e devolve. No momento da devolução, que deve ser no mesmo dia do empréstimo, as ASB fazem a contagem dos instrumentais e depois o discente assina o livro ata novamente. Em seguida, as auxiliares colocam os instrumentais limpos em papel de grau cirúrgico, selam e encaminham para a Central de Esterilização. Esse ciclo se repete todos os dias de prática. A inclusão das outras turmas no Projeto e de mais *kits* necessários para outros procedimentos, acontece semestralmente. A política de permanência nesses moldes é considerada um “piloto” até que a primeira turma incluída conclua o 10º semestre do curso ou até que essa estratégia se confirme como a melhor opção para manter a conquista estudantil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com as mudanças promovidas por meio do Projeto Piloto foi possível ampliar o número de instrumentais disponíveis para cada estudante, além de tornar possível o controle, verificando a necessidade de descarte e compra de novos itens.



Martins, Menezes e Queiroz (2019), em sua pesquisa realizada com estudantes cotistas, trazem que o empréstimo de instrumental odontológico como uma ação de inclusão pode evitar ou diminuir a evasão acadêmica. No caso da UEFS, apesar de não garantir todos os instrumentais da lista, tampouco pertencentes às marcas sugeridas pelos docentes, existe a possibilidade de reduzir de forma considerável os gastos com materiais, mas requer pesquisas para fornecer dados que confirmem essa redução.

Ao longo dos três semestres letivos de vigência do Projeto, anteriores à pandemia da COVID-19 (*Coronavirus Disease 2019*), foi possível observar que, até então, as novas medidas estão suprindo as demandas. Os esforços de todos os setores da universidade para a consolidação da política de permanência estudantil contribuíram com esse sucesso preliminar. A participação das representantes discentes na construção desse Projeto contribui com a formação acadêmica humanizada tão prezada pela instituição, em oposição a uma formação puramente tecnicista, sem o mínimo de consciência social.

As dificuldades enfrentadas no momento de colocar o Projeto Piloto em prática recaem sobre a estrutura física das clínicas odontológicas da instituição. Estas apresentam espaço reduzido para o armazenamento dos instrumentais e o trabalho das ASB, necessitando de maior investimento em readequação física do ambiente, o que pode ser um entrave uma vez que a urgência por verba para a readaptação está direcionada aos esforços das universidades estaduais da Bahia em melhorar as condições sanitárias para o retorno seguro de suas atividades.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se, portanto, que essa nova política pode ter facilitado a permanência de muitos estudantes do curso de Odontologia, pois, de forma real, representa uma economia nas despesas com as listas de materiais solicitadas pelos docentes. Destaca-se a importância de que sejam feitas pesquisas para mapear o perfil socioeconômico dos discentes e para coletar dados sobre a contribuição da política de permanência do curso para a redução da evasão, já que há uma ausência de informações na literatura sobre a realidade dos estudantes do curso de Odontologia da UEFS.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, A.E.M.; LEMOS, E.L.S.. A contra reforma no ensino superior brasileiro: determinantes históricos. **Revista Temporalis**, [S.L.], v. 18, n. 35, p. 12-28, 30 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n35p12-28>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17922>. Acesso em: 17 ago. 2020.

FLORES, S.R.. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia à República. **Revista Internacional de Educação Superior**, [S.L.], v. 3, n. 2, p.401-416, 15 jul. 2017. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.22348/riesup.v3i2.7769>. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650611>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MARTINS, A.B.; MENEZES, I.H.C.F.; QUEIROZ, M.G.. Estudantes de Odontologia cotistas e o instrumental odontológico. **Revista da ABENO**, [S.L.], v. 19, n. 3, p.



58-68, 23 nov. 2019. Associação Brasileira de Ensino Odontológico ABENO. <http://dx.doi.org/10.30979/rev.abeno.v19i3.763>. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/763>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MORITA, M.C. et al. Instrumentais odontológicos essenciais para a graduação em Odontologia. **Revista da ABENO**, Londrina, v. 35, n. 3, p. 3-35, jan. 2016. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/311>. Acesso em: 29 dez. 2019.

PEREIRA, T.I.; MAY, F.; GUTIERREZ, D.. O acesso das classes populares ao ensino superior: novas políticas, antigos desafios. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n. 32, p. 117-140, jun. 2014. ISSN 1984-1566. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo1091193-o-acesso-das-classes-populares-ao-ensino-superior-novas-pol%C3%ADticas-antigos-desafios. Acesso em: 17 ago. 2020.

SANTOS, A.M.C. et al (org.). **Relatório da Política de Ações Afirmativas da UEFS e Sistema de Reserva de Vagas 2007-2017**. Feira de Santana: UEFS, 2018. 126 p. PROPAE UEFS. Disponível em: <http://www.propaae.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18>. Acesso em: 23 fev. 2021.